

Por vontade expressa do autor, a presente edição
não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa

info@marcador.pt
www.marcador.pt
facebook.com/marcadoreditora

© 2015

Direitos da edição portuguesa reservados para Marcador Editora
uma empresa Editorial Presença
Estrada das Palmeiras, 59
Queluz de Baixo
2730-132 Barcarena

Título original: *O que fazer com este país*

Autor: Ricardo Paes Mamede

Revisão: Paula Caetano

Paginação: Gráfica 99, Lda.

Capa: Marina Costa / Marcador Editora

Imagens de capa: © Pasquale Cavorsi, © Shankar Narayan,

© TukTuk Design, © Rafael Farias Leão,

© Andrew McKinley, © Nicolas Morand,

© Stephanie Wauters, The Noun Project

Fotografia do autor: Pau Storch – magma.pt

Impressão e acabamento: Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-754-179-7

Depósito legal: 394 456/15

1.^a edição: Julho de 2015

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

PARTE I

O QUE FIZERAM DESTE PAÍS

DO PELOTÃO DA FRENTE À CAUDA DA EUROPA.....	21
O consumismo chega a Portugal.....	22
Não sou o único a olhar o céu	25
Razão, coração e muito crédito bancário.....	29
O pântano que veio para ficar.....	33
A grande crise mundial, a crise do euro e a austeridade	37

QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELO ESTADO

A QUE CHEGÁMOS?	41
As responsabilidades pelo elevado endividamento privado	43
As responsabilidades pela desaceleração da economia a partir de 2000.....	52
As responsabilidades pela contracção da produção e do emprego desde 2008	64
Culpa de todos ou responsabilidade de alguns?	78

PARTE II
O QUE FAREMOS COM ESTE PAÍS

COMBATER A POBREZA E AS DESIGUALDADES CRÓNICAS ...	83
O longo caminho para a igualdade	86
As desigualdades sociais como doença colectiva	94
O trabalho no centro de tudo	100
Estado Social para todos.....	109
Combater as desigualdades por todos os meios	117
RELANÇAR O CRESCIMENTO PARA CRIAR EMPREGO	121
Uma recuperação económica difícil	123
Relançar a economia ou cumprir as metas orçamentais?	126
Relançar a economia ou corrigir os desequilíbrios externos?	133
O desafio da retoma do investimento	137
Estimular a procura interna minimizando as importações	143
REESTRUTURAR UMA ECONOMIA FRÁGIL	147
Quando o que se sabe fazer vale pouco	149
Conseguir fazer diferente.....	159
Fazer melhor o que se sabe fazer	168
Não há soluções micro para problemas macro.....	174
VINGAR NUMA EUROPA DISFUNCIONAL	177
O mercado comum como finalidade.....	180
A lógica celestial da UEM	186
A UEM como problema.....	191
Como salvar a UE de si própria	202
Como salvar Portugal de uma UE disfuncional.....	219
CONCLUSÃO – O FUTURO NAS NOSSAS MÃOS	225
AGRADECIMENTOS	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	233

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Crédito bancário ao sector privado, 1990-2014 (em percentagem do PIB).....	30
Figura 2. Taxas de crescimento médio anual das exportações e das importações	38
Figura 3. Evolução da taxa de câmbio, dos custos unitários do trabalho e do preço das exportações portuguesas, em relação aos principais parceiros comerciais (2000=100)....	56
Figura 4. Taxas de crescimento médio anual dos empréstimos bancários a empresas não-financeiras por sector de actividade, 2000-2007	62
Figura 5. Taxas de juro de longo prazo (%), médias anuais	70
Figura 6. Indicadores de pobreza e desigualdade de rendimentos em Portugal e na UE (%), 2013	89
Figura 7. Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais – %)...	91
Figura 8. Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais – %), por grupo etário	92
Figura 9. Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais), por tipo de situação perante o mercado de trabalho (%, 2013)	101

Figura 10. Ganhos médios mensais por nível de habilitações, 2013...	102
Figura 11. Factores limitativos do investimento pelas empresas portuguesas em Janeiro de 2015 (% de empresas com limitações ao investimento que apontam o factor como relevante).....	142
Figura 12. Perfil de especialização das exportações de bens de acordo com as dinâmicas de procura mundial no período 2005-2009	152
Figura 13. Distribuição de empregadores e empregados por níveis de habilitações (%).....	171
Figura 14. Taxa implícita de imposto sobre o rendimento das empresas em 2012 (%) e variação desde 2000 (pontos percentuais).....	193

INTRODUÇÃO

No momento em que escrevo estas linhas, Portugal encontra-se em clima de pré-campanha eleitoral. Como é costume nestas ocasiões, durante vários meses a realidade fica em suspenso e os discursos sobre o estado do país transformam-se em frases simples, tanto mais eficazes do ponto de vista mediático quanto mais distantes estiverem de uma análise objectiva dos problemas reais. Para quem governa, o mundo é quase perfeito e melhor seria impossível. Sempre que surgem dados que destoam do discurso optimista oficial, as responsabilidades são atribuídas aos governos anteriores e nunca aos erros cometidos nos anos mais recentes (ou a problemas estruturais, com origens remotas). Por seu lado, quem pretende reconquistar o poder acusa o governo em funções pelos males do país, deixando para outra ocasião uma análise objectiva dos factores que nos trouxeram até aqui, incluindo as suas próprias responsabilidades. Em qualquer caso, tanto aqueles que governam como os que desejam governar evitam falar das dificuldades, com a convicção (certa ou errada) de que só mensagens de esperança se traduzem em votos.

Por contraste, o livro que tem entre mãos não é particularmente optimista quanto ao futuro de Portugal nos anos que se avizinham, não iludindo as dificuldades que temos pela frente. Também não é um livro pessimista, porque parte do princípio de que é possível fazer melhor do que tem sido feito e do que

nos parece destinado. Se quisermos, é um livro que junta o pessimismo da razão ao optimismo da vontade, para usar a feliz expressão do filósofo italiano Antonio Gramsci.¹

O pessimismo da razão surge-me quando olho à minha volta e tenho dificuldade em identificar os sinais de esperança que os telejornais anunciam. Olho para as pessoas da geração dos meus pais e vejo-as entrar na reforma angustiadas com um fim de vida que deveria ser de descanso e lazer. Olho para a minha geração e vejo-a pôr em causa as opções que fizemos no início da nossa vida adulta, pensadas para um futuro que afinal não existiu. Olho para os meus alunos e vejo-os preparar a saída do país depois de terminarem o curso, mais resignados do que esperançosos. Perante isto, olho para os meus filhos e pergunto-lhes em pensamento: o que faremos com este país?

Tendo nascido no ano da liberdade, hoje sinto que vivo num país preso. Preso a uma dívida que nos leva todos os anos os mesmos recursos públicos que dedicamos ao Sistema Nacional de Saúde, numa altura em que morrem pessoas por falta de assistência médica. Um país preso numa União Europeia cujas instituições decidem sobre grande parte da nossa vida, sem que tenham sido legitimadas para tal pelos cidadãos. Um país refém da chantagem dos credores privados e oficiais, que ameaçam retirar-nos o financiamento se nos atrevermos a pôr em causa o destino que nos querem impor. Refém também de um sistema político que não foi até hoje capaz de produzir soluções para ultrapassar aqueles bloqueios. Pior ainda, estamos presos a uma resignação generalizada perante todas estas dificuldades, sendo certo que Portugal é ainda uma república soberana e que em democracia o futuro está sempre nas mãos dos cidadãos.

Este livro pretende descortinar as origens dos problemas que hoje enfrentamos e reflectir sobre o que todos podemos fazer com

¹ Mais precisamente, António Gramsci escreveu numa das suas *Cartas da Prisão*, datada de 19 de Dezembro de 1929, «*Sono pessimista con l'intelligenza, ma ottimista per la volontà*».

o futuro deste país. Enquanto preparava este trabalho, várias pessoas me perguntaram se estava a escrever «o meu programa de governo». Não foi, nem poderia ser, essa a minha intenção, por vários motivos. Em primeiro lugar, a governação, da forma como a entendo, deve basear-se num conhecimento aprofundado dos múltiplos desafios que o país enfrenta, sendo impossível a qualquer indivíduo isolado dominar todas as áreas de intervenção do Estado com a competência que se impõe, ainda mais num contexto tão exigente como o actual. Em segundo lugar, mesmo que existisse uma tal mente genial, capaz de abarcar por si só a miríade de áreas da governação, o resultado do seu trabalho seria necessariamente inconsequente: qualquer sociedade humana é caracterizada por uma grande diversidade de valores e de preferências, que não pode ser ignorada no processo de formulação de políticas públicas. Nas democracias representativas, como a portuguesa, a mediação dessa diversidade é protagonizada pelos partidos políticos, que assumem a este nível um papel essencial e insubstituível. Como tal, é aos partidos que cabe elaborar programas de governo – e não a indivíduos isolados, quaisquer que sejam as suas competências. Isto não implica, seguramente, que os cidadãos se abstenham de contribuir para esse processo, seja a título individual ou no contexto das organizações cívicas e políticas a que pertencem.

O presente livro não se assemelha, portanto, a um programa de governo, na medida em que aborda apenas uma pequena parte dos assuntos da governação e não resulta de um processo específico de discussão colectiva – ainda que beneficie (e muito) das várias iniciativas cívicas em que estive envolvido nos últimos anos². Por outro lado, os objectivos deste texto extravasam

² Incluo aqui, nomeadamente: o blogue *Ladrões de Bicicletas*, o Congresso Democrático das Alternativas, a rede Economia com Futuro, o Manifesto «Reestruturar a dívida insustentável e promover o crescimento, recusando a austeridade», a Associação Fórum Manifesto, bem como as dezenas de encontros e debates em que participei, por iniciativa de movimentos sociais, organizações não-governamentais, autarquias locais, estruturas sindicais, entre outros.

aquilo que é típico de um programa de governo, reservando um espaço importante à análise dos factores que conduziram Portugal à situação em que se encontra.

A primeira parte do livro é, precisamente, centrada no percurso que nos trouxe até aqui. No primeiro capítulo analiso a evolução da economia e da sociedade portuguesas nas últimas décadas, relembrando o caminho percorrido desde os anos oitenta e noventa (quando os dirigentes do país nos garantiam que estaríamos em breve no «pelotão da frente» da União Europeia) até ao momento presente (em que, de acordo com vários indicadores de desenvolvimento económico e social, Portugal se vê de novo na cauda da Europa). O segundo capítulo procura responder a uma pergunta recorrente: quem são os responsáveis pelo estado a que chegámos? Ao analisar esta questão interessa-me menos ajustar contas com o passado do que desconstruir vários mitos que dominam o discurso público, em particular a ideia de que os Portugueses «andaram a viver acima das suas possibilidades». Só com uma compreensão menos superficial dos factores que conduziram à crise portuguesa estaremos aptos a tomar decisões acertadas sobre o que há-de vir.

A segunda parte do livro é virada para o futuro e para o que podemos fazer para o influenciar. Assim, o terceiro capítulo aborda um tema fundamental que não tem merecido a devida atenção por parte dos responsáveis políticos nacionais: a pobreza e as desigualdades sociais. Como procuro deixar claro, não estão aqui em causa apenas questões de justiça social e de dignidade da pessoa humana: é hoje largamente reconhecido que níveis de desigualdade tão elevados como os que se registam em Portugal provocam disfunções várias nas sociedades e nas economias, delapidando não apenas a coesão social, mas também o potencial de crescimento económico. O capítulo seguinte tem como pano de fundo os desafios que se colocam a uma rápida retoma da actividade económica em Portugal, sem a qual não será possível reduzir significativamente os elevados níveis de

desemprego, mais ou menos disfarçado, que se verificam actualmente no país. O quinto capítulo analisa as debilidades mais estruturais da economia portuguesa, que estão na base de grande parte dos problemas que temos enfrentado.

Nos três capítulos acima referidos, para além da caracterização da situação portuguesa, aponto os princípios que, a meu ver, devem orientar a governação nos domínios em causa, identificando algumas medidas específicas que podem ser adoptadas. A discussão que faço sobre estas medidas parte do pressuposto de que existe algum espaço para melhorar a acção dos governos em certas áreas, mesmo que se mantenham inalterados os actuais constrangimentos externos à condução de políticas públicas em Portugal. Ainda assim, é para mim claro que os principais entraves a um desenvolvimento sustentável do país – em termos económicos, sociais e ambientais – só podem ser ultrapassados se forem revistas as regras e práticas vigentes no seio da União Europeia. O sexto e último capítulo é, por conseguinte, dedicado à análise do processo de integração europeia e das suas consequências para o desenvolvimento de Portugal, discutindo a postura que os Portugueses, enquanto comunidade de destino partilhado, devem assumir no quadro da UE.

Nestas notas introdutórias impõe-se que faça ainda um alerta aos leitores: este livro é escrito por um economista e quem o ler dará rapidamente por isso. A minha intenção foi partilhar com um público alargado as análises e reflexões que faço sobre a situação portuguesa, as quais, por defeito profissional, se centram maioritariamente nas questões económicas. Porém, este livro não foi escrito especificamente para economistas, dirigindo-se a todas as pessoas, independentemente da sua formação.

Nos últimos anos tenho tido a oportunidade e o privilégio de falar sobre Economia com públicos muito diversos – nas aulas que dou a alunos de vários cursos de licenciatura e mestrado, nas minhas intervenções televisivas, ou nas conferências e debates em que participo. Gosto de pensar que o meu discurso se tornou, com a

prática, mais acessível a todos os tipos de público. Porém, ainda não descobri como abordar com rigor certos assuntos económicos sem referir números e relações causais complexas, o que exige sempre algum esforço de concentração por parte de quem me ouve ou lê.

Deixo, pois, uma sugestão aos leitores: se chegarem a um ponto em que a dose de números ou conceitos económicos vos parecer excessiva, passem para o próximo parágrafo ou para a secção seguinte. Com grande probabilidade, não perderão a linha de raciocínio. Na pior das hipóteses, chegarão ao fim do livro com vontade de saber mais de Economia. Na melhor das hipóteses, passarão a ter uma atitude (ainda) mais crítica sobre os discursos económicos que invadem a nossa vida a cada dia que passa. Se for este o resultado da leitura que fizerem deste livro, terei atingido o principal objectivo que estabeleci ao escrevê-lo.

PARTE I

O que fizeram deste país

DO PELOTÃO DA FRENTE À CAUDA DA EUROPA

«Naquele tempo havia pobreza a sério». Ouvi esta frase vezes sem conta, dita por diferentes pessoas que guardavam memória da década de sessenta do século passado – desde um amigo intelectual comunista de idade mais avançada, ao meu avô conservador e pouco letrado. Apesar do esforço, não conseguia imaginar, de facto, esse país de que falavam. Crianças descalças, que começavam a trabalhar antes de concluir o ensino primário. Famílias numerosas a viver de salários que não chegavam para pagar a alimentação, subsistindo da solidariedade dos remediados e da caridade dos mais ricos. Idosos e recém-nascidos que morriam por falta de higiene e dos cuidados médicos mais básicos. Centenas de milhares de pessoas para quem era preferível habitar em bairros de lata nos arredores de Paris do que esperar por uma vida melhor nos campos portugueses. Trabalhadores que viviam de olhos postos no chão, com o medo permanente dos humores do patrão e de perder o magro salário que recebiam.

Este não foi o país em que cresci, mas ainda me lembro bem de um Portugal que era tudo menos rico. Recordo, por exemplo, a Escola Primária n.º 4 de Odivelas, onde fiz a primeira classe, na altura a funcionar num palacete meio em ruínas, que fechou quando o telhado abateu (por sorte, durante a noite). Nesse ano, passámos grande parte do tempo de cabelo rapado, por causa das pragas recorrentes de piolhos, difíceis de combater pela falta de

condições de higiene em que viviam muitos alunos. Lembro-me do Mário, o meu melhor amigo da altura, que me levou algumas vezes a sua «casa» – uma barraca feita de restos de tábuas das obras, sem água nem luz, chão de terra batida com oleados a fazer de carpete, num bairro onde os esgotos corriam a céu aberto, junto à avenida principal da então vila de Odivelas. Na mesma época, lembro-me das visitas ocasionais à aldeia natal dos meus avós maternos – Tazem, perto da Serra da Estrela – onde as crianças corriam atrás do *Opel*, velho de 20 anos, como se o carro do meu avô fosse o último grito da tecnologia moderna.

Estávamos no início da década de oitenta e as coisas ainda iriam piorar. Num contexto marcado por uma sucessão de crises internacionais e pela turbulência interna, Portugal enfrentava pela segunda vez em poucos anos uma situação de ruptura das contas externas, levando o governo a solicitar em 1983 uma nova intervenção do Fundo Monetário Internacional (a primeira tinha sido em 1977). Foram dois anos de grande contenção financeira para o Estado, para as empresas e para as famílias, com aumento do desemprego, congelamento de salários e pensões, diminuição da despesa pública e fortes restrições no acesso ao crédito. Para algumas camadas mais desprotegidas da sociedade portuguesa, a segunda intervenção do FMI representou o regresso às formas mais extremas de pobreza, incluindo a fome. Para as classes médias, foram anos de enorme austeridade. No bairro em que vivia, a Quinta do Mendes, a carne de vaca era frequentemente substituída pela carne de cavalo, e a feira de Odivelas oferecia-nos todas as segundas-feiras, a preços mais acessíveis, o que estava fora do alcance dos nossos bolsos nas lojas de roupa e de calçado.

O consumismo chega a Portugal

A partir de 1986 tudo foi diferente. Com o fim da intervenção do FMI, as restrições ao crédito foram progressivamente

eliminadas, favorecendo o investimento das empresas e o consumo de bens duradouros pelas famílias (automóveis, electrodomésticos, etc.). A entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE, posteriormente transformada em União Europeia, UE), a 1 de Janeiro de 1986, associada à criação do mercado único europeu, atraiu para o país volumes de investimento estrangeiro como há muito não se via. O reforço dos fundos estruturais da Política de Coesão europeia traduziu-se no afluxo de recursos que superavam os 3% do PIB em cada ano. No mesmo período, a economia portuguesa beneficiou da forte quebra do preço do petróleo e do dinamismo da economia internacional. A nível interno, entre 1986 e 1991, os primeiros dois governos liderados por Cavaco Silva faziam a despesa do Estado crescer mais de 7% ao ano, tirando assim partido do contexto internacional favorável e gerando ainda mais procura numa economia já sobreaquecida. A despesa do Estado era então utilizada, em conjunto com os fundos europeus, para investir em infra-estruturas (em particular, nas rodovias) e em políticas sociais, ajudando a legitimar a acção global do governo e da maioria parlamentar que o sustentava, a qual ia colhendo os frutos eleitorais desse contexto particularmente favorável.

De facto, o conjunto dos factores referidos traduziu-se neste período num crescimento médio anual do PIB de 6,2%, um ritmo que não voltaria a verificar-se até hoje. Esta meia dúzia de anos de forte dinamismo económico, depois de mais de uma década de crises e instabilidade, transformaram a sociedade portuguesa. Com o bloco soviético à beira do colapso, também Portugal deixava para trás os anos da revolução e dos horizontes socialistas. A partir de então, passámos a ver-nos como consumidores, orgulhosos de o sermos e desejosos de o mostrarmos. É nessa altura que se instalam em Portugal as principais marcas internacionais de consumo de massas – desde as cadeias de *fast-food* aos hipermercados, passando pelas lojas de roupa e calçado, até aos automóveis de luxo. Generalizam-se as colunas sociais

e a imprensa cor-de-rosa³. Ser rico, ou desejar sê-lo, deixara de ser motivo de vergonha. O estatuto social, avaliado sobretudo pelos hábitos de consumo e pela ostentação de riqueza (real ou simulada), tornara-se a preocupação central de uma porção crescente de portugueses, num contexto em que as desigualdades sociais se acentuavam.

É neste clima que se decide pôr termo à «irreversibilidade das nacionalizações», inscrita na Constituição de 1976. A revisão constitucional de 1989 transportou para a lei fundamental da República este admirável mundo novo. Consumidores cada vez mais convictos exigiam diversidade de oferta e mais concorrência entre empresas, rendidos à tese então dominante de que a concorrência beneficia sempre o consumidor. Assim, a privatização das empresas públicas – primeiro os bancos e as seguradoras, depois as empresas industriais e de energia, seguidas de tudo o resto – era recebida como natural e até desejável, num país que queria ser moderno e europeu. A noção de «capitalismo popular», segundo a qual todos passariam a poder deter acções das empresas – diluindo assim a distinção entre trabalhadores e detentores de capital – fazia parte do discurso oficial de legitimação das privatizações.

Cavaco Silva, então primeiro-ministro, não se cansava de repetir que Portugal tinha de estar no «pelotão da frente» da integração europeia. Para tal, mandou acelerar as privatizações, desregulamentar o sistema financeiro e liberalizar a circulação de bens e capitais, fazendo da estabilidade cambial e de preços – requerida pela participação no Sistema Monetário Europeu, a antecâmara do euro – o objectivo fundamental da política económica portuguesa.

No imediato, porém, os resultados não foram famosos: a prioridade atribuída ao controlo da inflação – eufemisticamente chamada «desinflação competitiva» – conduziu ao arrefecimento

³ Sobre as transformações culturais ocorridas na sociedade portuguesa neste período, ver António Araújo, «A cultura de direita em Portugal» (<http://malomil.blogspot.pt/2014/01/a-direita-portuguesa-contemporanea.html>).

da economia e ao aumento do desemprego a partir de 1992. Por azar, o Sistema Monetário Europeu entrou, na mesma altura, em colapso. O processo de reunificação das duas Alemanhas provocara um grande aumento da inflação interna, logo combatido pelo banco central alemão através de uma forte subida da taxa de juro. Entusiasmados, os investidores internacionais afluíram em massa à economia alemã em busca de juros altos, tirando partido da recente liberalização da circulação de capitais na UE. Mas para o dinheiro entrar na Alemanha tinha de sair dos outros países. Um investidor que quisesse aplicar os seus fundos nesse país tinha primeiro de trocar escudos (ou as moedas do país onde tinha as suas aplicações) por marcos. A maior procura de marcos e a menor procura de outras moedas (como o escudo) levava a que estas perdessem valor. Ora, o problema é que vários governos europeus, entre os quais o português, haviam jurado querer estar no «pelotão da frente» da integração europeia, comprometendo-se para tal a manter estável o valor das suas moedas em relação às restantes. Assim, para tentar evitar a debandada de capitais para a Alemanha e a consequente desvalorização cambial, vários países subiram as suas taxas de juro internas. Mas taxas de juro elevadas implicam menos investimento e menos consumo, logo menos criação de emprego, logo menos procura, logo menos investimento e menos consumo... No final, muitas moedas, como o escudo, acabaram mesmo por desvalorizar e o Sistema Monetário Europeu sofreu um sério revés. Pelo caminho, a tentativa vã para evitar este desfecho deixou um lastro de destruição nas economias da UE. Chegava assim a Portugal a primeira recessão da era europeia.

Não sou o único a olhar o céu

Em plena desaceleração do crescimento económico, e depois de vários anos de um poder cavaquista onnipresente e em

degenerescência, começaram a emergir em Portugal movimentos estudantis como não se via desde a década de sessenta.

O primeiro mote foi dado pela resistência dos estudantes liceais à Prova Geral de Acesso (PGA), que tinha sido criada em 1989. A PGA era, na prática, um exame de cultura geral, obrigatório para quem quisesse ingressar na universidade e cujos conteúdos não estavam directamente relacionados com as matérias leccionadas no ensino secundário. Os sucessivos ministros da Educação da época (chegaram a ser três no espaço de um ano) procuraram apresentá-la como uma prova que colocava os alunos em igualdade de circunstâncias. No entanto, a PGA foi desde cedo denunciada como mecanismo de selecção dos alunos de classes mais abastadas, que tinham maior acesso a recursos culturais. Nos primeiros dois anos em que esteve em vigor (1989/90 e 1990/91) foram diversas as críticas feitas a um exame que se revelava, para além do resto, largamente arbitrário. Ao terceiro ano (em 1991/1992) a PGA não resistiu à pressão do protesto e acabou por ser abolida.

O contexto era peculiar. Em Outubro de 1991, Cavaco Silva obtivera a sua segunda maioria absoluta nas eleições legislativas – após sete anos de governo que, para muitos jovens, pareciam uma eternidade – fazendo antecipar o reforço do já vasto controlo do aparelho de Estado e de parte da comunicação social pelos seus correligionários. Poucos dias depois dá-se o evento mais dramático para muitos dos jovens daquela geração: o massacre no cemitério de Santa Cruz, em Timor, onde morreram centenas de pessoas, na sua grande maioria jovens. Este momento trágico da luta pela independência timorense, protagonizado por estudantes organizados no território ocupado pela Indonésia desde 1975, despertou consciências em Portugal, levando para a rua centenas de milhares de pessoas em solidariedade com a causa timorense. Os filhos da geração que viveu o 25 de Abril em Portugal eram, pela primeira vez, confrontados com a evidência de que os direitos mais básicos – a liberdade, a dignidade,

a sobrevivência, a justiça – não estavam garantidos à partida; tinham de ser conquistados, por vezes com grande sacrifício. Com a economia portuguesa a dar os primeiros sinais de arrefecimento, estavam criadas as condições para que boa parte da juventude portuguesa deixasse para trás os anos de individualismo e hedonismo, empenhando-se em defender o que considerava justo, em causas que eram de todos.

Como muitos outros movimentos sociais, a luta contra a PGA começou com protestos de pequena dimensão, muitos dos quais organizados pelas organizações partidárias de juventude. Cedo, porém, se transformou num movimento de escala nacional, caracterizado por inúmeros protestos espontâneos que iam tendo lugar tanto nas vilas mais recônditas do país, como nos arredores das grandes cidades, sem uma liderança precisa. Depois de várias tentativas para acalmar a contestação, incluindo a mudança de ministro da Educação⁴, o governo acabaria por anunciar o fim da PGA e a sua substituição por provas específicas de acesso ao ensino superior. Para muitos dos que lideraram e deram a cara pelo movimento, a luta contra a PGA foi uma experiência que mudou as nossas vidas. Para as centenas de milhares de estudantes que participaram nos protestos, foi o exemplo prático de que há combates que vale a pena travar.

Ainda uma luta estudantil não tinha acabado e já outra, mais longa e mais exigente, começava. Logo após as eleições que deram a segunda maioria absoluta ao PSD de Cavaco Silva, o governo anunciou a intenção de introduzir um novo sistema de financiamento do ensino superior, envolvendo um maior esforço financeiro dos estudantes e das suas famílias. Este não foi um anúncio popular, para mais vindo de um governo que começava a perder o apoio da juventude, num contexto marcado pela deterioração da situação económica e por um renovado sentido de

⁴ A 19 de Março de 1992, António Couto dos Santos substituiu Diamantino Durão como titular da pasta da Educação.

intervenção estudantil. Os primeiros protestos contra o previsível aumento das propinas universitárias aconteceram logo no início de 1992. Tal como o movimento contra a PGA, o movimento contra as propinas começou com pequenas manifestações em Lisboa, impulsionadas por organizações partidárias da juventude. Logo, porém, se transformou num movimento mais vasto e participado, que haveria de durar mais de três anos.

A chamada lei das propinas (Lei n.º 20/92) foi aprovada em pleno Agosto, com as academias fechadas para férias. O regresso às aulas no ano lectivo de 1992/1993 foi, por isso, conturbado. O governo justificava as propinas como uma questão de justiça social: os estudantes do ensino superior – afirmavam os governantes de então – provêm maioritariamente de famílias privilegiadas, que podem e devem contribuir para os custos do sistema. Os estudantes respondiam que as famílias já suportavam grande parte dos custos, seja através dos impostos ou das despesas associadas à frequência do ensino superior (alimentação, transportes, alojamento, material escolar). Argumentavam, também, que a existência de propinas afastaria do ensino superior os jovens provenientes de famílias menos abastadas. O governo tentou conquistar as associações académicas com promessas de reforço da acção social escolar. Mas os estudantes desconfiavam (com razão, como se tornaria evidente) e, a cada eleição, as listas próximas do partido do governo iam sendo substituídas nas direcções associativas por listas que se opunham ao executivo e ao aumento das propinas.

Seguiram-se anos de manifestações – que tiveram o seu auge no final de 1994, após uma chocante carga policial sobre os estudantes – e de difíceis boicotes ao pagamento das propinas, os quais permitiram limitar durante algum tempo os montantes suportados anualmente pelos estudantes. No final, as propinas acabariam mesmo por ser aumentadas – e, nesse sentido, esta não foi uma luta bem-sucedida. Em qualquer caso, os movimentos estudantis do início da década de noventa foram

experiências únicas, que formaram toda uma geração – não apenas do ponto de vista político, mas também organizativo, humano e pessoal. Contudo aqueles movimentos foram muito mais do que experiências de vida para os estudantes envolvidos (entre os quais me incluo). Para o conjunto do país, representaram o rompimento irreversível dos laços entre o governo de então e a juventude portuguesa. Aliado a outros momentos dramáticos – como o bloqueio da Ponte 25 de Abril, em Junho de 1994, na sequência do aumento das portagens – os movimentos estudantis foram o início do fim de dez anos de governos liderados por Cavaco Silva.

Razão, coração e muito crédito bancário

Como se esperava, as eleições legislativas de 1995 deram início a um novo ciclo político. Contrastando com a pose autoritária e tecnocrática do primeiro-ministro cessante, o novo chefe de governo, António Guterres, foi eleito sob o lema, tão apelativo quanto indefinido, *Razão e Coração*. Na verdade, o novo governo manteria intactas as principais prioridades de política económica, em particular as privatizações e a adesão ao euro. Ainda assim, o que se passou em Portugal na segunda metade da década de noventa foi mais do que uma mudança no tom da governação.

O aspecto económico mais significativo neste período – e que marcaria de forma duradora a economia e a sociedade portuguesas – consistiu no aumento exponencial do crédito bancário às empresas e às famílias. O volume total de crédito ao sector privado mais que duplicou entre 1995 e 2000⁵, ultrapassando o valor anual do PIB no início do novo século (Figura 1).

⁵ De cerca de 66 mil milhões de euros para cerca de 155 mil milhões, a preços de 2014.